



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

PRÉMIO ACADÉMICO SOBRE O CONSTITUCIONALISMO ANGOLANO
FICHA DE ORIENTAÇÃO PARA OS CANDIDATOS

I. ENQUADRAMENTO

A presente Ficha de Orientação estabelece as principais directrizes para a preparação e elaboração dos trabalhos dos candidatos a “**II Edição do Prémio Académico sobre o Constitucionalismo Angolano**”. Pretende-se assegurar uma abordagem científica, crítica e juridicamente fundamentada, promovendo a qualidade, a originalidade e o rigor metodológico das pesquisas a apresentar.

A Ficha define, igualmente, orientações quanto à estrutura, ao conteúdo, às fontes, à metodologia e aos critérios gerais que os candidatos devem ter em conta na elaboração das suas pesquisas, contribuindo, deste modo, para uma apresentação coerente e adequada aos padrões científicos exigíveis.

Com estas orientações, pretende-se assegurar maior uniformização na observância das regras metodológicas e reduzir a margem de discricionariedade na elaboração dos trabalhos com base em critérios comuns, assegurando maior equidade e igualdade de condições entre os candidatos.

II. IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO CIENTÍFICO

De acordo com o conteúdo dos Termos de Referência e do respectivo anúncio, o candidato deve apresentar uma pesquisa científica, sob a forma de monografia ou artigo científico, observando os requisitos metodológicos e científicos aplicáveis. Para o efeito, deve obrigatoriamente:

- a) **Seleccionar o tópico ou a problemática da investigação:** o candidato deve escolher um tema de acordo com os seus interesses e aptidões, formulando de forma clara e, preferencialmente, interrogativa, o problema central da investigação e delimitando-o adequadamente.
- b) **Determinar a Justificativa da escolha do tema:** o candidato deve encontrar as razões as razões teóricas e práticas que fundamentam a escolha do tema e demonstram a sua relevância, evidenciando a sua contribuição para o conhecimento científico e, quando aplicável, para a compreensão e o aperfeiçoamento da realidade constitucional e jurídico-institucional angolana;

- c) **Delimitar o tema:** o candidato deve definir o âmbito da investigação, considerando, entre outros aspectos, o objecto, o período, o espaço e os recursos disponíveis;
- d) **Definir os Objectivos da pesquisa:** devem ser formulados um objectivo geral, que indique a finalidade central da investigação, e objectivos específicos, que estabeleçam as etapas necessárias à sua concretização;
- e) **Formular as hipóteses:** quando a natureza da investigação o justificar, devem ser formuladas hipóteses, principais e secundárias, como possíveis respostas ao problema de investigação, susceptíveis de confirmação ou rejeição pelos resultados da pesquisa;
- f) **Definir a Metodologia da pesquisa:** a metodologia deve ser adequada ao problema, aos objectivos e à natureza da investigação, podendo incluir, entre outros, os métodos jurídico-dogmático e jurídico-comparativo, a análise jurisprudencial e documental, a pesquisa bibliográfica, a análise histórica, o estudo de caso e os métodos dedutivo e indutivo.

III. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DA PESQUISA

A) ESTRUTURA FORMAL DO TRABALHO

O trabalho a ser apresentado pelos candidatos deve observar a seguinte estrutura:

- a) **Elementos pré-textuais:** capa, Folha de rosto, Sumário/índice, Lista de abreviaturas e siglas, quando necessária e Resumo e palavras-chave;
- b) **Introdução:** contextualização, problemática, objectivos, justificativa e metodologia. O candidato deve apresentar o tema, a sua relevância, o problema de investigação, os objectivos e a metodologia, permitindo compreender o objecto e o percurso da pesquisa;
- c) **Desenvolvimento:** mínimo 3 (três) capítulos, organizados de forma lógica e sequencial. Constitui a parte central do trabalho e deve ser organizada em capítulos e secções, de forma lógica e sequencial. A análise deve ser juridicamente fundamentada, recorrendo, conforme a natureza do tema, à Constituição, legislação, doutrina, jurisprudência, tratados e convenções internacionais e demais fontes académicas relevantes. Deve privilegiar-se a análise crítica, evitando a mera descrição ou reprodução de posições existentes;

- d) **Conclusão:** apresentação e síntese dos principais resultados da investigação, com a respectiva interpretação e conclusões. O candidato deve sintetizar os principais resultados da investigação, responder à questão de investigação e apresentar as conclusões alcançadas. Poderá, quando justificável, indicar limitações do estudo e formular propostas ou recomendações. Não devem ser introduzidos novos argumentos ou matérias que não tenham sido desenvolvidos no trabalho.
- e) **Referências bibliográfica:** devem incluir as obras, a legislação e a jurisprudência e documentação consultadas. As citações e referências devem seguir um modelo de normalização reconhecido, designadamente NP 405 (Português), ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Harvard ou o APA (*American Psychological Association*);
- f) **Formatação:** Papel A4, *Letra Times New Roman*, tamanho 12, Espaçamento entre linhas de 1.5 cm, margem esquerda 3 cm e margem direita 2.5 cm, nota de rodapé tamanho 10 com espaçamento simples e extensão mínima de 25 páginas e máxima de 50 páginas.

B. CONTEÚDO DO TRABALHO CIENTÍFICO

O candidato deve apresentar, de forma clara e sucinta, a contextualização do tema, o estado da arte da problemática, os fundamentos doutrinários e jurisprudenciais que sustentam a investigação e as conclusões decorrentes da análise realizada.

➤ Legislação e Jurisprudência

Considerando a natureza constitucional do concurso, a legislação e a jurisprudência devem ser devidamente identificadas e analisadas.

Na análise jurisprudencial, o candidato deve indicar o órgão jurisdicional, número ou referência da decisão, data, questão jurídica apreciada, entendimento adoptado e relevância para o tema investigado.

A análise não deve limitar-se à transcrição das decisões, devendo incluir uma apreciação crítica e juridicamente fundamentada.

➤ Originalidade e Integridade Académica

Os trabalhos devem ser originais e resultar de investigação própria do candidato.

É obrigatória a correcta identificação das fontes utilizadas. Constituem práticas incompatíveis com a integridade académica, entre outras, o plágio, a utilização de citações sem indicação da fonte, a inclusão de referências não consultadas, a reprodução integral de trabalhos de terceiros, a manipulação de dados ou fontes e a apresentação de trabalho de outrem como sendo de autoria própria.

➤ **CrITÉrios Gerais a ter-se em Conta**

Na elaboração do trabalho, os candidatos devem procurar assegurar:

- a) Relevância e pertinência do tema para o Direito Constitucional;
- b) Clareza e precisão do problema de investigação;
- c) Qualidade da fundamentação jurídica e o rigor científico e metodológico;
- d) Capacidade de análise crítica e apresentação de argumentos próprios;
- e) Originalidade e contributo para a discussão do tema;
- f) Clareza, precisão e rigor da linguagem jurídica;
- g) Qualidade e correcta identificação das fontes e referências;
- h) Organização e cumprimento das regras formais estabelecidas;
- i) Coerência entre os objectivos, a análise desenvolvida e as conclusões.

IV. DISPOSIÇÃO FINAL

A presente Ficha de Orientação visa proporcionar aos candidatos um quadro de referência para a preparação e elaboração dos trabalhos académicos, promovendo o rigor científico, a qualidade da fundamentação jurídica, a análise crítica e a coerência metodológica.

As orientações estabelecidas procuram assegurar maior uniformidade na estrutura e na elaboração dos trabalhos, valorizando a originalidade, a integridade académica e o contributo dos candidatos para o estudo e aprofundamento do constitucionalismo e da justiça constitucional.

Luanda, aos 17 de Agosto de 2026